TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 15ª
(DÉCIMA QUINTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 11 DE MARÇO DE 2015.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Rodrigo Delmasso a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – O Expediente lido vai à publicação.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu acompanhei ontem um pequeno trecho da inquirição que foi feita a um elemento funcionário da Petrobras chamado Pedro Barusco. Aqui eu posso afirmar: Pedro barão ladrão Barusco.

Lamento – foi um dos momentos em que fiquei triste de não ser mais Deputado Federal – porque se eu fosse Deputado Federal, se eu estivesse participando daquela CPI, aquele Pedro ladrão Barusco sairia daquela CPI preso e algemado. Quando eu era Deputado Federal, participei de várias CPIs, inclusive uma que investigou a pistolagem no Brasil. Lá, Deputado Ricardo Vale, nós prendemos até pistoleiro na CPI. Eu participei de uma que investigou exploração de criança e prendemos juízes que estavam envolvidos com isso.

O que é triste é um elemento funcionário de carreira da Petrobras encontrar possibilidade de roubar de uma estatal. Hoje o Presidente da Câmara dos Deputados, com quem não tenho nenhuma amizade, afirma – é muito importante a afirmação dele – que os malfeitos – o que a Presidenta Dilma chama de malfeito eu chamo de ladroagem – começaram na Petrobras quando o então Presidente Fernando Henrique Cardoso substituiu a Lei nº 8.666, lei das licitações, pelo modelo próprio da Petrobras, que autorizou carta convite para qualquer tipo de serviço prestado na Petrobras, de qualquer valor. Aí se abriram as porteiras para a malandragem, e esse Pedro barão ladrão Barusco começou a roubar nessa época. O elemento chega a uma CPI, diz que desviou 100 milhões de dólares e sai dali impunemente? Sai dali sorrindo do rosto de cada um dos brasileiros?

Deputado Agaciel Maia, são 100 milhões de dólares que o bandido diz que desviou. Ainda tem o cinismo de dizer que está devolvendo o dinheiro que estava na Suíça porque a alma dele está muito pesada e ele quer voltar a ter uma alma leve. Eu pergunto: e se a Polícia Federal não tivesse investigado, não tivesse a liberdade que tem hoje para fazer a investigação?

É bom que a população inteira saiba que essa investigação começou nesse Posto da Torre, de um libanês. Ela começou por causa de lavagem de dinheiro, negócio de dólares, nesse Posto da Torre, onde muita gente abasteceu, inclusive eu, porque havia umas promoções da madrugada em que o preço era mais barato. Até acho que não era mais barato por causa da lavagem de dinheiro, não. Era porque ele queria vender mesmo, fazer nome, e porque era mais barato. A investigação começou a partir daqui.

O elemento bandido é pego desviando 100 milhões de dólares e quer que nós – eu, povo – aceitemos que ele ficou com a alma machucada, a alma doída, a alma está pesada depois de roubar tanto, e ele está devolvendo o dinheiro porque quer que a alma dele volte a ser pura. Pura de onde?

Essa delação premiada é um mal para o Brasil. Você pega aí qualquer batedor de carteira, ladrão de galinha, ele vai dizer ao delegado: "Doutor, estou arrependido. Eu quero colocar aqui alguns comparsas que agiam comigo lá para as bandas de Santa Maria ou Ceilândia, onde eu moro, e aí o senhor vai pedir ao juiz para atenuar essa pena". É o que está acontecendo.

O cara disse que tem 100 milhões de dólares na Suíça, mas não disse quantos milhões tem no Brasil ainda. Não disse, e não vai devolver o que está no

Brasil. Quanto foi passado para laranjas, quanto foi passado para parentes, nada disso ele diz. Quantos bens imóveis, e tudo que não está no nome dele, nada disso é dito. E de repente a gente assiste a determinados partidos tratarem o cara como se ele fosse um herói.

Bandido vira herói. Ladrão vira herói, porque qualquer bandido que quiser limpar o nome no Brasil hoje, para a chamada grande mídia brasileira – *Globo* e companhia limitada –, basta atacar o PT. Se o Fernandinho Beira-Mar, amanhã, assumir que traficava para dar dinheiro para o PT, ele vai ser tratado como um herói por essa mídia que está aí, porque o negócio é falar mal do PT, é atacar o PT. O bandido vai lá, diz que colocou recursos para a campanha da Dilma, não tem uma prova sequer, e vira verdadeiro.

Naquela CPI da Petrobras está faltando seriedade. Repito: se eu fosse Deputado Federal, integrante daquela CPI, o Pedro ladrão Barusco sairia de lá preso. Ele não sairia de lá zombando da cara dos brasileiros depois de desviar o tanto que desviaram de recursos. São professores.

Mas há outros escândalos. A tal da Ação Penal 470, o tal do mensalão, começou onde? Em Minas Gerais. Quem foi o idealizador? Marcos Valério, junto com o Azeredo, que era Presidente do PSDB. Qual foi a punição do Azeredo? Renunciar ao mandato, se aposentar e virar santo. É do PSDB? Nunca mais se falou nada. No PSDB pode ter ladrão, porque é ladrão bom. Acho que o único que tem capacidade de dizer da chamada lenda do bom ladrão foi aquele que foi crucificado lá junto com Cristo. Para mim, ladrão é ladrão. Não importa em que partido esteja. E ladrão tem que ser preso e punido onde que quer que esteja. Bandido não tem cor, não é vermelho, não é amarelo ou azul, bandido é bandido, e aquela turma ali é bandida e tem que ser punida com o rigor necessário, com rigor efetivamente.

Para concluir, Presidente Bispo Renato Andrade, V.Exa. que preside esta sessão neste momento, há uma situação mais grave ainda, Deputada Luzia. Qualquer doação privada neste País, se chegar um marginal e disser que doou, botou tanto lá na conta do Deputado Chico Vigilante, na conta eleitoral da Deputada Luzia, tudo declarado, aprovado pela Justiça, vira crime. Crime de onde?

Querem discutir com seriedade? Vamos acabar com o financiamento privado de campanha, vamos instituir o financiamento público regulamentado, com limitação, aí, sim, vai se moralizar a questão das doações no Brasil.

Para não dizer que eu falei só de coisas que não prestam, tipo Pedro ladrão, do meu ponto de vista, aconteceu uma coisa boa ontem: a aprovação, por parte do Senado Federal, do fim das coligações partidárias. Portanto, cada candidato, cada partido, Deputado Wasny, vai valer um voto. Hoje, na situação em que se está, muitas vezes a pessoa vota no Pedro e elege o Joaquim; vota no Raimundo e elege o Chico. Com o fim das coligações partidárias, das coligações proporcionais, pelo menos, você já vai saber que onde você votar estará votando no partido e vai eleger

candidatos daquele partido, o que eu acho realmente fundamental para o fortalecimento da democracia no Brasil. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (Bloco Amor por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho hoje a esta tribuna pedir aos nobres Deputados, mais uma vez, atenção para o mal silencioso que tem destruído as famílias e acabado com a vida de crianças e adolescentes aqui no Distrito Federal. Este mal é a pedofilia.

Há exato um mês, a mídia divulgava a prisão de um homem de Planaltina que enviava fotos pornográficas para uma menina de 12 anos de idade. Os avós estranharam e o denunciaram à Polícia Civil.

Por que eu relembro esse caso agora? Porque, neste momento – na realidade foi noticiado ontem –, uma menina de 11 anos estava sendo vítima dessa mesma prática. E o pior, o autor é um ex-namorado da mãe, um homem que foi preso por estrupo e responde a processo por outra tentativa de abuso sexual. A Delegacia Especial de Proteção à Criança e ao Adolescente investigou tudo, está acompanhando cada passo deste monstro e aguarda apenas uma decisão judicial para poder prendê-lo.

Com essas duas histórias, reforço a necessidade de esta Casa entrar neste tema, aprofundando assim as discussões sobre o caso da pedofilia no Distrito Federal.

Os números só aumentam. Segundo dados da Secretaria de Direitos Humanos – quero aqui parabenizar o excelente trabalho que tem sido feito pelo Disque 100 –, o Distrito Federal liderou o *ranking* de denúncias por habitantes em 2014, alcançando o índice de 65,8 denúncias a cada cem habitantes. É mais do que o dobro do Estado do Piauí, que apresentou índice de 29,19 denúncias por cem habitantes. No ano passado, 67,4% das denúncias de abuso sexual de crianças, Deputada Luzia de Paula, tiveram como vítima crianças do sexo feminino. Quando levamos em consideração a idade, 39,55% das denúncias de abuso sexual ocorreram com crianças de 0 a 11 anos de idade. Deputado Chico Vigilante, quase 40% dos abusos sexuais que acontecem no Distrito Federal, ocorrem com crianças 0 a 11 anos. No ano passado, nós tivemos o registro de abuso de um recém-nascido.

Quando levamos em consideração o local – e os números mostram –, mais de 50% dos casos ocorrem na casa da vítima, Deputada Luzia de Paula.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PEN. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, meu Líder, pelo aparte. Parabenizo V.Exa. pela fala e pelo assunto. É um assunto que trata de uma praga que está corroendo profundamente o sentimento e a formação das nossas crianças. É um descuido que vem, a cada dia – V.Exa. já apresentou as estatísticas – aumentando e nos assusta.

Ontem eu estava fazendo uma visita, juntamente com o Governador Rodrigo Rollemberg, ao Centro de Ensino Fundamental 21 e me assustei, porque, assim que cheguei – várias crianças estavam lá para o lançamento da campanha contra a dengue –, fui procurada pela direção da escola. Eram a diretora e vários professores. Diretora, vice-diretor e mais duas professoras. Uma das coisas que eles denunciaram foi justamente o abuso sexual, a prostituição e a pedofilia que cerca aquela escola.

Aquela escola, no passado, era uma escola até o 4º ano. Era uma escola de séries iniciais. Sem nenhuma transformação nas estruturas físicas da escola, ela se transformou em instituição de ensino fundamental, sendo que há uma escola de ensino fundamental próxima, a poucos metros daquela, ou seja, não havia necessidade daquela transformação.

Eles expuseram os motivos – os quais eu não vou aqui colocar –, mas quero, realmente, dizer que nós, que a sociedade, que o Estado tem que olhar de forma mais compromissada, mais atenta para esse problema que estamos vivendo.

Mais triste ainda, acho que V.Exa. como Líder religioso e eu, como avó, mãe e professora, sofremos profundamente, porque, muitas vezes, nos sentimos sem nenhuma condição de fazer além do que já fazemos para amenizar esse problema. Sabemos o quanto o Estado, a sociedade, os segmentos religiosos, as igrejas têm feito para amenizar esse problema, mas ainda é muito pouco! Esse problema tem que ser tratado de uma forma mais dura, mais rígida.

Outra coisa que tem que ser feita: tratar esses monstros. Chamo-os assim, porque são pessoas que, ao longo de suas vidas, se perderam, se distanciaram de si mesmas e, ao se distanciarem de si mesmas, distanciaram-se da fé e da responsabilidade para com o ser humano.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Deputada Luzia de Paula, agradeço o aparte de V.Exa. e quero incorporá-lo ao nosso discurso.

V.Exa., brilhantemente, tem lutado em defesa da criança e do adolescente aqui no Distrito Federal. E, quando V.Exa. fala que são monstros... Eu fiquei estarrecido com outro dado que foi revelado pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos: 46,9% dos suspeitos de abuso estão na faixa etária de 25 a 50 anos de idade; 63,7% são homens; e 32% dos locais onde acontecem o abuso sexual são na escola.

Fiquei estarrecido porque esse crime, Deputado Wasny de Roure, aqui no Distrito Federal é mais corriqueiro do que nós pensamos. É mais corriqueiro, acontece todos os dias. Nesta semana foi publicado que, a cada dia, uma criança sofre abuso sexual aqui no Distrito Federal. Eu acredito que esta Casa vai ter

oportunidade de entrar a fundo e inaugurar, no Distrito Federal, o combate à pedofilia.

Eu disse que protocolei um pedido de criação de comissão especial para averiguar os crimes de pedofilia que acontecem aqui no Distrito Federal, para chamar o Estado à responsabilidade na questão da proteção da criança e do adolescente.

Eu acredito, Deputado Wasny de Roure, Deputado Agaciel Maia, que chegou a hora de esta Casa fazer o seu dever. Até quando nós vamos ser obrigados a ouvir histórias como as que contei inicialmente e vamos ficar somente no discurso? Até quando nós vamos deixar que as nossas crianças sofram esses abusos, fiquem sofrendo caladas e suas famílias fiquem acabadas, sem que esta Casa dê voz a essas crianças? Até quando nós vamos ficar calados e deixar que esse crime silencioso se perdure na Capital da República?

Eu falo isso, sou pai, tenho duas filhas e, como pai, não só como Deputado, não posso aceitar que a Capital da República seja considerada a capital da pedofilia. Independentemente do partido, da coloração, de ter apoiado o Presidente A ou B, nós temos a responsabilidade pelo futuro do País, que são as nossas crianças. Nós não podemos aceitar que a pedofilia se instale no Distrito Federal e continue, a cada dia, crescendo e esta Casa silenciando, sem falar nada, sem ter uma atitude enérgica de combater esse crime, de ir à rua, de ir a campo prender esses criminosos, de colocar o dedo na ferida, de chamar à responsabilidade o Estado. O Estado, muitas vezes, diz que a criança é a prioridade, mas, na hora que nós vemos o Orçamento, Deputada Liliane Roriz, não vemos expresso o combate à pedofilia, ele fica só no discurso.

No ano passado, ano de Copa do Mundo, foram destinados 100 mil reais para combate ao abuso sexual, para campanhas de combate ao abuso sexual de crianças e adolescentes. A minha pergunta é: onde está a prioridade? Será que é só no discurso? Eu chamo sim à responsabilidade esta Casa para que os nobres Parlamentares possam aprovar essa comissão especial, para que tiremos o véu deste crime e demonstremos a todos quem são os criminosos, independentemente de classe social, independentemente de onde eles são. Nós não podemos aceitar.

A Assembleia Legislativa do Estado do Pará fez uma comissão semelhante. Deputado Wasny de Roure, quando a Assembleia Legislativa do Estado do Pará instaurou a comissão especial de combate à pedofilia, os crimes de pedofilia, no mês seguinte, diminuíram.

Nós temos o instrumento, nós temos como fazer, mas está na hora de sairmos do discurso à prática e dizermos não à pedofilia, dizermos não ao abuso sexual, colocarmos esses bandidos na cadeia e valorizarmos e protegermos as nossas crianças.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Muito obrigado, Deputado Rodrigo Delmasso.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

O Expediente lido vai à publicação.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Bispo Renato Andrade, eu gostaria de cumprimentar o Deputado Júlio César, que foi o nosso Deputado mais votado nesse último pleito eleitoral para a Câmara Legislativa, dando uma demonstração de grande liderança política. Todos nós sabemos que o Deputado possui fortes ligações com o segmento evangélico nesta cidade. Neste momento, S.Exa. acaba de ser designado pelo Governador para a tarefa de liderar os encaminhamentos do governo nesta Casa.

Eu quero felicitar o colega Deputado e desejar a S.Exa. muita tranquilidade, muita serenidade nessa tarefa, uma tarefa que nós já exercemos alguns anos atrás, inclusive no período do Governo Cristovam. Ficamos muito felizes e desejamos a S.Exa. muita dedicação, muito empenho e uma assessoria que também possa ajudá-lo nesse processo. É muito importante para o trabalho de um Líder de Governo ter uma assessoria que saiba dialogar com os Deputados. Isso ajuda enormemente.

Então, deixo aqui esse registro e desejo felicidade ao Deputado Júlio César.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Primeiro, quero parabenizar a indicação do novo Líder do Governo, Deputado Júlio César, que é um integrante do nosso bloco, Amor por Brasília, que é composto também por mim, pelo Deputado Bispo Renato Andrade, pela Deputada Luzia de Paula e pelo Deputado Lira. Quero dizer que, por S.Exa. ser advogado, tem toda a competência também para conduzir a base do governo aqui na Câmara Legislativa e, pela sua característica de ser um grande conciliador, com certeza, irá buscar aqui, naquelas pautas que são de interesse do governo, a conciliação de todos os Parlamentares.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Muito obrigado, Deputado Rodrigo Delmasso.

(Assume a Presidência a Deputada Liliane Roriz.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Dando continuidade aos Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro. (Pausa.)

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de fazer aqui uma apreciação com relação ao projeto dos boleiros. Cumprimento tanto o Deputado Ricardo Vale como o Deputado Júlio César.

Esse projeto, que foi concebido na gestão anterior, visa a valorizar o futebol amador na nossa cidade. Nós sabemos que todas as cidades do Distrito Federal possuem pelo menos uma liga de esporte. O processo de mobilização dos times é algo absolutamente fantástico pela presença e capilaridade em cada uma das nossas cidades. Neles, os jovens encontram oportunidades, os adolescentes e as crianças se preparam, além dos adultos, que hoje, frequentemente, inclusive no horário noturno, utilizam os campos da nossa cidade.

O que é importante nesse projeto, Sra. Presidenta, é que o governo, ao assumir o ônus da arbitragem, não só qualifica o juiz e os bandeirinhas, aquele grupo de profissionais que está em campo para orientar a boa prática do esporte, como também orienta os jovens e os adolescentes, para poderem deparar com a competitividade, dentro dos parâmetros de respeito e solidariedade, que é muito próprio daqueles que exercem o futebol amador no Distrito Federal.

Portanto, quero, de maneira bastante efusiva, dizer para os colegas que estaremos nos ombreando com as ligas de esporte, na audiência, para retomarmos com a Secretaria de Esporte, como também com os Deputados que disponibilizarão emendas orçamentárias para a renovação desse programa, a fim de fazer dele um instrumento de valorização daquelas pessoas que se dedicam ao esporte amador, ao futebol, que abrem a sua casa, a sua sala para a exposição das medalhas e das premiações recebidas, para as reuniões necessárias, para as orientações que devem ser dadas.

Podemos dizer que os presidentes de time passam a ser quase um pai e uma mãe para os jovens e as crianças. Eles são uma figura emblemática, pois, apesar de não integrarem o time, de não jogarem, orientam a todos. O programa dos boleiros foca prioritariamente a arbitragem, mas o professor, naturalmente, Deputado Prof. Reginaldo Veras, entra em outras áreas e tem como utilizar um recurso modesto, pequeno, de uma maneira absolutamente extraordinária.

Tenho recebido os presidentes de liga, Deputado Chico Leite – o Claudemir, do Gama; o Eraldo, de Santa Maria; o Severino, do Recanto das Emas. Da mesma

forma, outros colegas também, Deputado. Então, a Casa, ao abrir seu espaço para esse debate, dá um *status* de política pública, de acompanhamento dos órgãos de controle, sobretudo da Secretaria de Esporte.

Quero aqui fazer um apelo ao nosso novo Líder de Governo, que está se ombreando a nós neste debate, para que S.Exa. nos ajude a sensibilizar o governo nos seus próximos encontros, do ponto de vista de atenção orçamentária para essa área. Tenho certeza absoluta de que a comunidade passará a valorizar os campos.

Eu queria encerrar a minha fala, Presidenta, dizendo o seguinte: Deputado Júlio César, isso fará parte da sua tarefa, até mesmo como ex-Secretário de Esporte, porque, por ocasião do debate da LUOS, Deputado Rodrigo Delmasso, precisamos verificar a disponibilização efetiva das áreas para campo de futebol. Por quê?

As vilas olímpicas foram uma bela criatividade feita à época do Governador Arruda, e não podemos aqui, por conta dos problemas na Caixa de Pandora, desconhecer o mérito dele com o programa da vila olímpica. Entretanto, há algo muito precioso na história das nossas cidades, como estamos focando esse debate nos últimos tempos aqui, em função do Projeto de Lei nº 182. Que possamos valorizar as áreas destinadas ou aquelas que estão sendo ocupadas previamente por campos de futebol, preservar esse espaço como área de lazer para a nossa juventude e para as nossas crianças!

Este é o discurso que eu gostaria de ter feito no dia de ontem, mas que não foi possível em função do prolongamento dos pronunciamentos dos colegas Deputados. Aqui, infelizmente, tem esta história: tem Deputado que fala demais, tem Deputado que fala de menos. Eu não quero falar nem demais nem de menos, mas quero também ter a oportunidade de me manifestar nesta tribuna, porque valorizo esta Casa e acredito nela. Entendo que esta Casa é porta-voz dos dilemas da sociedade.

Por último, quero dizer a V.Exa. e aos colegas Parlamentares que hoje, pela manhã, estive com o presidente da Caesb. Fui levar um problema, aparentemente pequeno, dos chacareiros da Vargem da Benção, situada no final do Recanto das Emas. Um problema sério e crônico, de abastecimento de água em condições de ser consumida.

Já adiantei ao presidente, Deputada Liliane Roriz, que, na próxima semana, juntamente com a Deputada Erika Kokay, iremos levar também o problema de 32 famílias lá do Lago Oeste que estão vivendo com alto risco de contaminação pela água que eles utilizam naquela região. Há várias pessoas que contraíram problemas sérios de saúde. Tivemos essa informação durante a reunião que tivemos na quinta-feira passada, à noite, com essa comunidade da Rua 7, do Lago Oeste.

Faremos esta audiência com o Dr. Maurício, na próxima semana, dia 19, pois já há uma agenda para levar esse debate, como também o de uma outra comunidade que padece desse mesmo problema, que é a de algumas áreas do Setor

Águas Quentes, próximo a Santo Antônio do Descoberto, região que faz parte da Administração Regional do Recanto das Emas.

Deputado Rodrigo Delmasso, V.Exa. tem me impressionado com seu trabalho, com essa atitude impetuosa, vibrante, firme em suas posições, e eu também quero ser contundente com V.Exa., quanto a essa questão do abastecimento de água para a nossa comunidade.

Estou acompanhando três áreas com problemas sérios de abastecimento de água e estou extremamente preocupado. Conheço o Dr. Maurício, que faz parte do quadro da Caesb, uma pessoa altamente qualificada, e quero aproveitar para desejar a ele todo o sucesso frente àquela empresa, não só do ponto de vista de saneamento das suas dificuldades financeiras, mas, sobretudo, no que diz respeito ao atendimento à nossa população. Quero dizer que ele foi extremamente solidário, solícito no aprofundamento desse debate.

Muito obrigado, Sra. Presidenta.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Dando continuidades aos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, para não tomar mais o tempo e deixar a fala aos colegas, quero apenas me somar a esse esforço do Deputado Wasny de Roure em relação aos nossos esportistas do futebol amador, pelo grande trabalho de inclusão social que fazem em todas as cidades.

O Deputado Wasny de Roure tem razão: há muitos colegas aqui que acompanham esse trabalho, como o Deputado Ricardo Vale, o Deputado Agaciel Maia e outros. De maneira que a minha impressão é de que S.Exa., nesse momento, fala pela inclusão social, pelo resgate dos nossos meninos, por meio do esporte, para dar oportunidade a que eles possam ter um futuro, uma perspectiva.

O direito à educação, e isso se estende ao plano desportivo e ao plano cultural, é transindividual, a ponto de possuí-lo mesmo aquele que nunca passou pelos bancos escolares, mas que tem direito à construção de uma geração de cientistas, por exemplo, que possam criar uma vacina para um mal incurável hoje, e não uma geração sem futuro de delinquentes juvenis.

O Deputado Wasny de Roure está de parabéns não só por isso, Presidenta, mas também quando S.Exa. atina para o abastecimento da água. S.Exa. cita duas localidades, e nós podemos citar inúmeras.

O Deputado Wasny de Roure também tem razão em relação a outro ponto a que eu queria chamar a atenção: é que a rigor precisamos separar aquilo que é essencial – e esse é o debate que precisamos fazer. Precisamos coibir – é verdade – invasões de área pública no Distrito Federal. Precisamos ter uma ordem urbanística em paz, regulamentada, dirigida, mas não podemos negar efetivamente serviços essenciais a setores que, embora não tenham ainda a oportunidade de regularização,

precisam deles. Ali moram famílias, ali estão membros da comunidade que já vivem há muitos e muitos anos e que não podem perecer, sem esses serviços essenciais.

Eu queria me irmanar também ao Deputado Wasny de Roure nessa postulação, oferecendo-me para, junto com S.Exa. e a Deputada Erika Kokay, seguir nesses pleitos e me colocar à disposição, segundo S.Exa., Deputado Wasny de Roure, compreender bem como o Deputado Rodrigo Delmasso, que também é um guerreiro dentro dessa seara, naquilo que o nosso mandato possa fazer.

Eu queria que fizéssemos exatamente este debate: separar. Uma coisa é o debate da regularização que temos de fazer. O governo tem que chamar a si esse debate, a par da punição de grileiros e a par da coibição da ocupação desordenada.

O outro é da falta dos serviços essenciais na comunidade que, embora ainda não tenha a oportunidade de regularização, precisa disso. Esse é outro debate, um debate humanitário, que precisamos fazer urgentemente. Deputado Wasny de Roure, conte comigo.

Sra. Presidente, eu falei daqui do microfone da mesa exatamente para dar mais tempo a que outros Parlamentares pudessem se expressar.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Dando continuidade aos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar.

DEPUTADO JULIO CESAR – (PRB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, boa tarde. Boa tarde Sras. e Srs. Deputados.

Primeiramente quero agradecer a todos que se manifestaram por mais essa grande responsabilidade que é confiada a minhas mãos através do Governador Rodrigo Rollemberg, que ontem fez o convite para assumirmos a Liderança do Governo aqui na Câmara Legislativa. De pronto, eu o aceitei porque acredito que podemos realizar um grande trabalho.

Um dos principais pedidos que S.Exa. fez a mim foi que houvesse o diálogo com todos os Deputados da Casa, e é isto que eu aqui quero estabelecer: um diálogo constante, uma sinergia.

Sabemos que, para poder aprovar grandes projetos nesta Casa, temos de discutir, dialogar. Com certeza, vamos conseguir encontrar um caminho correto para poder ajudar a nossa querida cidade, que, sem dúvida alguma, vem passando por um momento muito difícil.

Desde já, quero contar com a ajuda dos Deputados presentes, dos líderes, do Deputado Rodrigo Delmasso, da Deputada Luzia de Paula, do Deputado Chico Vigilante, do Deputado Wasny de Roure, do Deputado Juarezão, da nossa Presidente, a Deputada Liliane Roriz, da Deputada Telma Rufino, do Deputado Prof. Reginaldo Veras, com cuja ajuda também contamos, do Deputado Ricardo Vale, que aqui também está, e outros.

Quero dizer que, na legislação passada, muitos foram os Deputados com quem nós tivemos um bom relacionamento. Na época, eu era o Secretário de Esportes. Então, eu não tenho dúvida alguma de que essa parceria permanecerá aqui nesta Casa.

Hoje é um dia muito importante porque nós temos o REFIS – Programa de Recuperação Fiscal, tema que daqui a pouco iremos discutir e que, com certeza, sendo aprovado nesta Casa, trará oxigênio para a nossa sociedade, para Brasília, que vem vivendo um momento muito difícil.

Outra questão a respeito da qual eu gostaria de falar – o Deputado Wasny de Roure já falou – é a questão do Programa Boleiros, que, na gestão passada, sem dúvida alguma, foi um programa que ajudou muito as ligas aqui de Brasília, os times de futebol.

Desde ontem, mantenho um diálogo com a nossa Secretária de Esportes, a Sra. Leila Barros, para que possamos o mais breve possível colocar esse programa para funcionar. A previsão é que, agora em maio, consigamos de fato e de verdade fazer com que esse programa venha a atender a mais de 2 mil times de futebol em todas as cidades administrativas. A gente sabe do papel que o Deputado Ricardo Vale desenvolve na região de Sobradinho, do que o senhor vem desempenhando em Santa Maria. Esse é um dos programas pelos quais tenho um carinho muito especial. Eu me lembro que, no ano passado, várias vezes, o senhor me ajudou com emendas para fazer o programa subsistir. E eu tenho certeza de que em maio este problema já estará solucionado. Como outros, não só o da Secretaria de Esportes, como de outras secretarias, para podermos, de fato e de verdade, ajudar a nossa sociedade, principalmente na questão esportiva.

Então eu agradeço, e pode ter certeza de que estaremos atentos e vamos fazer com que esse programa de fato e de verdade aconteça.

Deus o abençoe.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Quero registrar a presença do Secretário Adjunto da Fazenda, Sr. Pedro Meneguetti. Seja bem-vindo!

Concedo a palavra ao Deputado Lira (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, seguindo o exemplo do nosso decano, Deputado Chico Leite, vou falar daqui para não gastar tanto o tempo e deixar que outros Deputados também falem.

Eu só quero citar que ontem esta Casa deu uma demonstração importante para a resolução do impasse da greve dos rodoviários, que foi a aprovação do crédito orçamentário para o pagamento das empresas de transportes. Também quero aprofundar esse ponto rapidamente. Esta Casa precisa discutir, Deputada Liliane Roriz, a efetivação e o cumprimento total do contrato que foi feito para que

possamos, de fato e de verdade, ter no Distrito Federal um melhor transporte público. Caso o contrato que foi assinado com as operadoras seja executado fielmente, nós teremos, Deputado Julio Cesar, o melhor transporte público do Brasil. Obviamente, esse contrato precisa ser executado na sua integridade. Então, quero aqui só levantar essa situação e pedir ao DFTrans que consiga colocar a execução desse contrato na íntegra para que as bacias consigam funcionar.

Aqui eu parabenizo, na pessoa do Deputado Chico Vigilante, o governo passado, que teve a coragem de enfrentar um cartel de mais de cinquenta anos aqui existente e estabelecer um novo modelo de transporte público no Distrito Federal. Só que, para esse modelo sair do papel, ele precisa de fato ser executado. Uma nova gestão assumiu agora o DFTrans – do próprio Governador Rodrigo Rollemberg. Creio que é compromisso de todos nós, Deputado Wasny, lutarmos para ter uma melhoria do transporte público no Distrito Federal. Então quero aqui pedir e deixar registrado o meu pedido ao DFTrans de que consiga implementar de fato o que está assinado no contrato da licitação do transporte público do Distrito Federal para melhorar a qualidade para a população da nossa cidade.

Muito obrigado.

(Assume a Presidência Deputada Luzia de Paula)

PRESIDENTE (DEPUTADA LUZIA DE PAULA) – Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Ontem a Câmara Legislativa deu o pontapé inicial na questão da água, dos recursos hídricos no Distrito Federal. Houve uma audiência pública com a presença de dois secretários de Estado, do Presidente da Adasa, do Presidente da Caesb, do Ibram.

Foi muita produtiva essa audiência pública porque vieram outros segmentos da população, pessoas que queriam saber qual é o planejamento do governo para a questão da água. A gente sabe muito bem que outros Estados – não Brasília – passam por uma séria crise de água, Deputado – V.Exa. esteve lá participando da audiência pública, acho que foi o único presente. A gente sabe que a crise de água é muito grande em outros Estados.

Só para dar aqui uma satisfação, Brasília está se preparando para isso há muitos anos. O meu pai, Joaquim Roriz, teve a visão de fazer uma grande represa, uma grande barragem, Corumbá IV, e, logo em seguida, Corumbá III, pensando na possibilidade de Brasília não ter mais água. Também está adiantada a questão de se utilizar a água do Paranoá. Essa é uma obra que deverá ser feita agora nos próximos dois anos do Governo Rodrigo Rollemberg.

A nossa Casa, a Câmara Legislativa, está participando intensamente da questão dos recursos hídricos do Distrito Federal. Era isso, Sra. Presidente.

(Assume a Presidência a Deputada Liliane Roriz.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Michel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Telma Rufino. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale. (Pausa.)

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu faço uso da palavra neste momento para parabenizar os servidores públicos que estiveram hoje em frente ao Palácio do Buriti, numa manifestação muito representativa, muito importante, em luta por seus direitos. Foram 17 sindicatos e 33 categorias que fizeram um ato em defesa das conquistas, em defesa dos acordos coletivos fechados com o governo passado.

Espero que o Ministério Público, o Governo do Distrito Federal e a Justiça possam resolver essa situação o quanto antes, porque foram acordos coletivos, reajustes, tratados de forma legal, legítima.

A nossa equipe técnica, a equipe técnica da Liderança do Partido dos Trabalhadores, fez um trabalho brilhante. Nós tivemos a oportunidade, na semana passada, de levar todo esse estudo feito pelos técnicos da Liderança do PT para o Dr. Leonardo Bessa, quando mostramos que, além de todo o processo de reajustes com as categorias ter sido legal, do ponto de vista do Orçamento é possível, sim, honrar todos os acordos feitos com as categorias.

Então, parabenizo os servidores, porque é preciso lutar mesmo. Sabemos que o País vive um momento difícil, eu tenho dito isso aqui. O Distrito Federal não está fora desta crise, e retirar conquistas de trabalhadores só aumenta a crise. Tirar conquistas legítimas que foram extremamente debatidas, discutidas de forma correta, de acordo com a lei só aumenta toda essa situação de dificuldades que os trabalhadores e a sociedade vêm passado.

Eu quero pedir ao Governo do Distrito Federal que se pronuncie com relação à ação do Ministério Público. É preciso que o governo também se pronuncie e diga se há ou não como honrar esse compromisso, porque, até onde sabemos, são reajustes que, juntando todas as categorias, giram em torno de 4%.

Então, eu quero cumprimentar os trabalhadores, todas as categorias que estiveram lá, e dizer que vamos estar empenhados – não só o nosso gabinete, não

só eu, como Parlamentar, mas também toda a nossa bancada –, porque não é possível, nos dias de hoje, retirarmos conquistas de trabalhadores.

Eu quero também aproveitar para cumprimentar o Deputado Julio Cesar, novo Líder do Governo nesta Casa, e desejar-lhe boa sorte. Que V.Exa. tenha toda a inteligência, tranquilidade, capacidade de fazer um excelente trabalho. No que depender de mim, V.Exa. pode contar com o nosso apoio. Eu sei que não é uma tarefa fácil. É uma tarefa difícil a de Líder, quanto mais numa conjuntura como esta, em que percebemos uma certa dificuldade do GDF em conduzir esse processo aqui no Distrito Federal. Eu quero desejar-lhe boa sorte e dizer que estou à disposição para ajudar.

Por fim, eu quero parabenizar o Deputado Wasny de Roure e agradecer-lhe por ter assinado o projeto de lei que trata do Programa Boleiros, um programa, como S.Exa. disse muito bem, muito importante. Talvez muitos aqui não tenham a dimensão do que é o futebol amador do Distrito Federal, da capacidade que ele tem de incluir jovens, de tirar jovens das ruas, da marginalidade. É fundamental o apoio, então, do Governo do Distrito Federal. Foi por isso que pegamos um programa que vem sendo executado muito bem no Distrito Federal e estamos tentando torná-lo lei, para que todos os anos esse apoio, esse incentivo do governo chegue. Para que essas competições amadoras possam, cada vez mais, ser fortalecidas, e não só no futebol, pois sabemos que existem outras modalidades esportivas que precisam do apoio do Estado, precisam que o Estado as ajude.

Temos muito orgulho de termos assinado essa lei que irá tramitar na Casa. Sei que os Deputados todos vão ajudar, pois a maioria aqui conhece a realidade das nossas satélites, sabem que não há tanto espaço para o lazer, sabem que o futebol é o esporte mais praticado no Distrito Federal. O futebol amador envolve nessas competições, direta e indiretamente, como eu falei aqui ontem, mais de 100 mil pessoas. Logo, é fundamental que nos empenhemos para que esse projeto seja aprovado o quanto antes. Mas também que o governo, como é um programa que ainda existe, dê-lhe uma atenção especial, Deputado Julio Cesar, novo Líder desta Casa, que conhece muito bem o assunto.

Nós, inclusive, já acertamos uma audiência pública para os próximos dias, para que possamos resolver essa situação o quanto antes, pois muitos campeonatos não começaram porque não foi possível ainda acertar essa questão da arbitragem. E a arbitragem é o principal custo dessas competições.

Então, quero parabenizar o Deputado Wasny de Roure, o Deputado Julio Cesar. Nós vamos estar muito empenhados nesta Casa para ajudar o esporte do Distrito Federal, não só o futebol, mas todas as modalidades esportivas, porque esporte é saúde, é educação, é inclusão social, é socialização. Temos que trabalhar firme nessa questão.

Era isso, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, eu gostaria, nesta tarde de hoje, de fazer um apelo aos Deputados Distritais sobre o projeto do Refis.

Esta Casa e muitos dos Parlamentares que estão aqui pediam ao Governo do Distrito Federal soluções criativas, soluções que não penalizassem mais o bolso do contribuinte do Distrito Federal. E é engraçado como há ausência de *quorum* para votar o tema. Até os pontos polêmicos do projeto já foram votados no passado, como a questão do benefício a quem tem o problema de sonegação.

Até mesmo porque, Deputada Liliane Roriz, hoje chegou uma informação à Presidência da Câmara, na presença de vários Deputados Distritais, de que temos 350 mil ações ajuizadas sobre essa questão de tributos, Deputado Wasny de Roure.

Então, acho que talvez tenhamos que falar o português claro, que alguns Deputados não querem votar o projeto e que a disputa é política. A disputa não é de mérito, porque votamos o projeto dos sonegadores em dezembro.

Vamos ter um mutirão do Conselho Nacional de Justiça, Deputada Luzia de Paula, do dia 18 ao dia 21, em que contribuintes do Distrito Federal poderiam ir lá e pagar a dívida integral sem a multa e os juros. Mas esta Casa, quando não vota o projeto do Refis, dificulta, e muito, a vida de 350 mil pessoas do Distrito Federal. E não há de se falar que não há uma disputa política, porque há!

Eu pedi, Deputada Liliane Roriz, a cópia do projeto que votamos em dezembro, Deputado Wasny de Roure, e estavam inclusos, sim, os sonegadores. E aí falaram: "mas não tinha IPVA e não tinha IPTU". Como é que se vai sonegar IPTU e IPVA? Isso é deixar de pagar, é inadimplência.

Acho que o PT pode até fazer questão de falar que não vota, e temos que respeitar porque é Oposição, mas tem que se falar a verdade, que não quer votar. O projeto está aqui.

Quero fazer uma lembrança: o projeto do IPTU, da renúncia de dezembro, chegou num dia e foi votado no dia seguinte, Deputado Rodrigo Delmasso. Chegou em dezembro... E pode olhar se não tinha o meu voto, porque, quando eu fui oposição, fui uma oposição responsável. Eu votava o que era bom para a cidade.

Agora, falar que vai votar e fazer disputa política num projeto desse? Tudo bem, nós podemos até fazer, mas não é sério, não é correto. Já colocamos a condição de inserir emendas parlamentares para tentar sanear o projeto, e acho que é um caminho. Agora, acho que a discussão tem que ser franca, Deputada Liliane Roriz. É democrático não votar, mas a população tem que saber, também, por que não quer votar. É o primeiro projeto bom de verdade que chega aqui para votarmos. Não vai votar porque votou para sonegador? Mas para sonegador votamos em dezembro. Em dezembro pode votar e agora não pode votar? "Mas não tinha IPTU e

não tinha IPVA." Não tinha mesmo, por causa da Lei de Responsabilidade Fiscal, e não há sonegação sobre IPTU e IPVA.

Eu só quero fazer uma reflexão aqui, porque estou trabalhando, e muito, para melhorarmos cada vez mais a imagem desta Casa. Estou trabalhando muito para que os 24 Deputados Distritais correspondam à expectativa da população.

Eu acho que pode se fazer disputa política, sim, Deputada Telma Rufino, mas não em projeto que vai beneficiar a população. Não em projeto no qual vamos ter 350 mil pessoas que estão sendo acionadas para fazer um acordo judicial. E o acordo judicial, Deputada Telma Rufino...

E aqui quero trazer uma lembrança, porque há pessoas que podem perder suas casas que estão penhoradas, que têm contas bancárias bloqueadas. Estamos mexendo com a vida de 350 mil pessoas aqui pela questão de "eu quero votar", ou "eu não quero votar". Mas é bom que se deixe claro, o português tem que ser falado com clareza. Deputada Liliane Roriz, fui abordada por um vigilante na rua, falando: "Graças a Deus as multas estão sendo parceladas!". Não há inconstitucionalidade nenhuma em parcelar multas. É uma grande oportunidade de resolvermos a questão do Distrito Federal, de várias inadimplências. Então, acho que se pode fazer disputa, fazer discussão. Temos colocado a opção até de se fazer substitutivo, como fizemos na semana passada, Deputada Liliane Roriz. Quando nós duas éramos da oposição, nem essa oportunidade de fazer o substitutivo tínhamos.

Eu gostaria de deixar bem claro esse debate, com franqueza, porque o acerto que tivemos ontem no Colégio de Líderes foi o de que levaríamos a plenário para votar hoje. Mas não, tem isso, tem aquilo, tem aquilo outro, foi colocado em segundo. É democrático, mas é bom também que a população saiba que ela terá um prejuízo com a não votação desse projeto.

Haverá um mutirão de 18 a 21. Tivemos hoje a presença da juíza do Conselho Nacional de Justiça, que fez um apelo para que esta Casa votasse o Refis para ampliar o número de acordos. Qual é o custo de se ter 350 mil ações no Judiciário? Quem continua pagando essa conta é a população, que mantém o Judiciário.

Então, acho que é bom fazermos uma reflexão aqui sobre a responsabilidade de projetos importantes como este. Quer fazer disputa política? Vamos! Vamos fazer! É natural, eu já fiz muita aqui neste plenário, mas nunca fiz disputa política, Deputada Liliane Roriz, em cima da população.

Quero lembrar que o projeto do Refis da época do governo do PT chegou aqui dia 11 e foi votado no dia 12! E havia questão de sonegação também! Então, quer arrumar argumento? Melhore o argumento. Esse não é o argumento. Fala que não quer votar, fala que não está de acordo, que não tem acordo. Acho que é um jogo limpo, é um jogo claro, claríssimo, que precisa ser feito. Vamos ter um mutirão aqui, em que vai ser colocada a possibilidade de se negociar dívidas num momento em que Brasília está fechando os comércios. Os empresários estão fechando as portas. Acho que é uma oportunidade desta Casa dar uma grande demonstração de

crescimento, de lucidez e votar o projeto. Cada um aqui faz o que quer e do jeito que quer, porque foi eleito pelo povo para estar aqui, mas a expectativa que tenho é a de que realmente votemos o projeto para corresponder à expectativa da população e não à expectativa da disputa política, que vai acontecer com naturalidade, mas não em cima de projetos como esse.

Eu queria aproveitar, Deputada Liliane Roriz, e falar que vou colher as assinaturas também para a CPI do Transporte, porque acho importante fiscalizarmos. Acho importante fiscalizarmos, pois estamos votando um crédito de transporte de 40 milhões, Deputada Liliane Roriz, por mês. Antes da licitação do transporte público, o subsídio custava 10 milhões a 11 milhões por mês, hoje custa 40! Será que aumentamos tanto o número de jovens? Será que dobramos as gratuidades? Acho que está na hora também de começarmos a investigar as coisas que estão acontecendo, porque quem continua pagando o pato é a população.

Muito obrigada.

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputada Liliane Roriz e Deputada Celina Leão, que acabou de fazer um pronunciamento... Eu não sei, Deputada Celina Leão, a quem V. Exa. dirigiu o seu pronunciamento, até porque, desde o início desta sessão, eu estou aguardando o desdobramento desse processo.

Se V.Exa. não sabe, essa foi uma das questões que eu conversei, juntamente com o Deputado Chico Vigilante, com o novo Líder de Governo, colocando-nos à disposição. De fato, eu me manifestei na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças com o Relator da matéria, Deputado Agaciel Maia. Fiz um voto em separado e levantei algumas argumentações. Não temos nenhuma dificuldade em votar, inclusive no que diz respeito aos infratores tributários, nos termos em que foi votado esse projeto que V.Exa. alega. Então, nós não temos nenhuma dificuldade, temos plenas condições de apreciar a matéria. Porém, queremos que aquilo que foi acertado também no dia de ontem ocorra: os encontros das assessorias. Acho que V.Exa. poderia se reportar a todos os momentos, já na sua gestão, nos quais nossa bancada teve de acordar, de pontuar, de emendar para poder construir uma saída, uma alternativa.

Creio que V.Exa. foi bastante injusta com os Deputados do Partido dos Trabalhadores, se eu entendi nas entrelinhas, porque esses quatro Deputados estão desde a abertura desta sessão aguardando os pronunciamentos de Deputados para saberem quais desdobramentos V.Exa., como também a Liderança de Governo, pretendem dar. Nós, de fato, temos emendas para fazer e queremos apresentá-las e discuti-las, o que é do processo político. Mas como V.Exa. referiu-se ao último

projeto, não temos nenhuma dificuldade em nos reportarmos aos termos ali colocados.

Tendo por base aquilo que temos reportado de compromisso, nós temos compromisso com esta cidade, nós temos compromisso com o Estado; então, nesses termos, estamos prontos a dar a nossa colaboração. Nós já a demos inclusive na reunião que V.Exa. promoveu em seu gabinete, há pouco, com a juíza. Nós lá estivemos a convite da assessoria do governo.

Eu, por exemplo, recebi do Sérgio, que atualmente faz a assessoria do governo aqui... Ele me falou: "Deputado Wasny de Roure, o senhor pode estar aqui." Assim que ele me ligou, eu subi. Apenas disse a ele que estava terminando um atendimento.

Deputada, entendo que o bom andamento do Legislativo se dá quando podemos dialogar para encontrar a solução. Eu digo a V.Exa. que este é o meu espírito e conheço os colegas Deputados do meu partido nesta Casa, porque eles têm uma história – exceto o Deputado Ricardo Vale, que está chegando agora – em outros momentos. Isso faz parte do diálogo. Respeito bastante V.Exa., tenho um apreço enorme por sua pessoa, mas creio que V.Exa. foi um tanto quanto injusta com relação àqueles que vieram, viabilizaram o início da sessão e estão aqui para dar desdobramento.

No que diz respeito à CPI, V.Exa. pode ter certeza de que a estaremos ombreando no aprofundamento desse debate, porque não é apenas V.Exa. que tem o interesse de que a coisa pública também seja manifestada na área do transporte. Ontem mesmo, ao votarmos o projeto da suplementação orçamentária, eu me reportei a esse entendimento. Estou pronto a contribuir. Se minha bancada confiar a mim estar presente nessa CPI, eu gostaria de ali estar.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos: senhoras, senhores.

Inicialmente, volto a falar de uma questão relacionada à educação do Distrito Federal. Apesar dos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal no que se refere às contratações, a Justiça prudentemente autorizou a contratação de professores temporários para suprir algumas carências. Mas, em virtude da legislação atual que regulamenta a contratação de professores temporários, esses profissionais não estão querendo assumir as carências.

Relembro vocês que, até 2013, a contratação temporária de professores se fazia semelhante à do professor efetivo, com as mesmas garantias trabalhistas e tudo mais. E era um contrato anual, o que dava estabilidade e segurança aos

professores. Mas a legislação foi alterada no Governo Arruda, e agora o professor recebe por hora trabalhada.

Ora, por carências pequenas, com poucas horas de trabalhos, os professores não se interessam. Se eles não se interessam, não há contratação, e o aluno fica sem aula. Essa legislação do Governo Arruda que regulamenta a contratação temporária é humilhante. Tínhamos muita fé em que o Governo Agnelo alterasse, mas isso não foi feito. E eu continuo com a fé de que o novo governador retome a legislação de contratação temporária que havia lá para os idos de 2010, 2012, que dava mais dignidade a esses profissionais. Vários alunos estão sendo prejudicados, sem professores em sala, porque os profissionais não querem assumir tais carências.

Em relação ao Refis, lamento que, neste momento, nós não tenhamos *quorum* ainda. Entendo a indignação da Deputada Celina Leão, que fez um discurso inflamado – mais parecia um discurso de Líder de Governo –, entendo que a Deputada Celina Leão está indignada porque sabe que a aprovação disso é extremamente importante para a atual conjuntura de crise do Distrito Federal e que qualquer impeditivo, seja de natureza política ou técnica, atrapalha o bom funcionamento do Estado.

Seria muito interessante que hoje já aprovássemos isso para darmos mais segurança para uma série de setores da sociedade, até porque vários setores serão contemplados e isso é bom para o todo da coletividade. Entendo a postura do Deputado Wasny de Roure.

A bancada petista está aqui presente. Lamento que boa parte – alguns membros – da bancada do governo não estejam presentes. Ora, se o assunto é de tamanha importância, o governo tem que ser mais incisivo junto aos Parlamentares para que tenhamos *quorum* para aprovar aquilo que realmente é importante para o Distrito Federal.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Deputado Wasny de Roure, Deputado Júlio César, Deputado Prof. Israel, quero apenas dizer que nós examinamos e aprovamos ontem o projeto de incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal – REFIS.

Foram feitos alguns questionamentos sobre informações, e eu pedi que o Governo, Deputado Wasny de Roure, se manifestasse a respeito, porque acatei as sugestões para que pudéssemos votar. Então, foram dadas algumas informações que eu acho oportuno colocar por meio de nota explicativa.

Por ocasião da reunião da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças de ontem, foi cogitada a incongruência de dados do Projeto de Lei nº 186, de 2015, com as informações do Projeto de Lei nº 187, de 2015. Após esclarecimentos com a presença de técnicos da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão e da Secretaria de Fazenda, naquela Casa Legislativa, concluiu-se não haver problemas na composição e tramitação das proposições. Todavia, concluiu-se não haver problemas na composição e tramitação das proposições.

Em função da dúvida sobre a repercussão da renúncia e da arrecadação da receita sobre os valores do Orçamento de 2015, necessário se faz prestar maiores esclarecimentos por meio desta nota explicativa, a fim de subsidiar o processo de apreciação e votação deles nesta data, ou seja, hoje aqui em plenário.

Como no processo de elaboração da Lei Orçamentária Anual de 2015, Lei n° 5.442, de 2014, bem como na revisão das metas fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei n° 5.389, de 2014, tal proposição não estava contemplada, necessário se faz atender ao normativo, apresentando a demonstração da compensação da renúncia de receita, Deputado Wasny de Roure, na forma do inciso II do artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Para tanto, segue em anexo, na exposição dada pela Secretaria de Planejamento, o demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita, com formato orientado pelo Manual de Demonstrativo Fiscal – 6° edição, elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda.

Diante disso, para deixar claro o propósito da presente nota explicativa, há que se considerar os seguintes aspectos, reflexos da concretização do Programa Refis, que ora está em debate.

Primeiro, a estimativa de acréscimo financeiro para o exercício de 2015, Deputado Chico Vigilante, é de R$109.453.741,00 (cento e nove milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil, setecentos e quarenta e um reais); para 2016 é de R$31.417.476,00 (trinta e um milhões, quatrocentos e dezessete mil, quatrocentos e setenta e seis reais); e para 2017, R$17.416.890,00 (dezessete milhões, quatrocentos e dezesseis mil, oitocentos e noventa reais), conforme demonstrativo da Secretaria de Fazenda mediante a Exposição de Motivos n° 6/2015.

No mesmo documento, é informada a estimativa de renúncia de receita para os exercícios de 2015, 2016 e 2017, cujos valores, respectivamente, estão assim dispostos: R$88.989.237,00 (oitenta e oito milhões, novecentos e oitenta e nove mil, duzentos e trinta e sete reais), R$8.557.388,00 (oito milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil, trezentos e oitenta e oito reais) e R$4.743.955,00 (quatro milhões, setecentos e quarenta e três mil, novecentos e cinquenta e cinco reais).

Terceiro. O incremento financeiro estimado já para o exercício de 2015, por meio do Refis DF, representa um adiantamento de receita que seria arrecadada

mediante medidas judiciais e administrativas previsíveis em um período de cinco a dez anos.

Quarto. Para promover a adequação do Orçamento de 2015, demonstrar a vantagem da medida e adotar postura conservadora. É necessário trazer o incremento financeiro e cotejá-lo no exercício em vigor com a renúncia de receita. Por conseguinte, o saldo líquido desta operação de R$20.495.504,00 (vinte milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, quinhentos e quatro reais), evidentemente, Deputado Wasny de Roure, será sentido na Lei Orçamentária de 2015. Com isso, poderá ser utilizado para incremento no orçamento mediante abertura de crédito adicional, com as receitas apresentadas pela arrecadação do Refis.

Convém esclarecer – o que foi uma exigência de V.Exa. naquela comissão – que a metodologia utilizada para o cálculo do espaço orçamentário previsto para recepcionar o incremento no montante da renúncia de receita de origem tributária, motivado pelo Convênio n° 3/2015 do Confaz, e o consequente encaminhamento dos projetos em epígrafe à Câmara Legislativa do Distrito Federal, segue as orientações dispostas nos artigos 12 e 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Portanto, a Lei de Responsabilidade Fiscal, ao tratar o assunto da renúncia de receita, é conservadora, tendo por objetivo a manutenção do equilíbrio orçamentário, vislumbrando que os efeitos sejam previstos anteriormente e demonstrados na aplicação da renúncia, conforme consta da Lei Orçamentária Anual. Poderá ser utilizado como compensação para o futuro descontingenciamento de dotações orçamentárias em igual valor, a depender obviamente do cenário econômico favorável.

Conclui-se que a metodologia ora adotada, com base no inciso II do artigo 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000, é conservadora e tem por objetivo evitar excessos de autorizações orçamentárias que gerem desequilíbrios orçamentários e financeiros e induzam a gestão pública a gastos que não são suportáveis sob uma condição fiscal.

A previsão de incremento do fluxo financeiro é, portanto, de R$109.453.741,00 (cento e nove milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil, setecentos e quarenta e um reais). E o espaço orçamentário para abertura do crédito por excesso ou redução de contingenciamento por frustração de receita é de R$20.495.504,00 (vinte milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, quinhentos e quatro reais).

Senhores membros da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Rafael Prudente, esses são os esclarecimentos os quais V.Exas. votaram e exigiram que a Secretaria de Planejamento fizesse. Esses esclarecimentos, Sra. Presidente, que eu apresentei agora ao plenário desta Casa, estão todos por escrito.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, essa questão do Refis – eu quero falar especialmente para a imprensa que está aqui presente – trata do seguinte: primeiro, Deputado Wasny de Roure, existe toda a disposição do mundo na bancada do Partido dos Trabalhadores para votar, tanto é que estamos aqui desde as 15h, os quatro Deputados. Porém, não vamos votar um projeto a respeito do qual nem o próprio governo se entende. Esse é o problema.

Os técnicos da Secretaria de Fazenda, Deputado Agaciel Maia – V.Exa. é da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças desta Casa –, afirmam que vão arrecadar 109 milhões. Os técnicos da Secretaria de Planejamento disseram que a arrecadação é de 20 milhões. Foram chamados os dois grupos para conversar, juntamente com a nossa assessoria, para que se chegasse a um entendimento e se votasse, e eles não se entenderam. Na medida em que eles não se entenderam, saímos da sala e dissemos: "Vocês fiquem aí. Depois que vocês se entenderem, voltamos para fazer as emendas e corrigir o projeto, para tirar os sonegadores do meio do projeto".

Estamos fazendo a emenda para deixar o projeto idêntico ao que foi votado no ano passado, do mesmo jeitinho do que foi votado no ano passado.

Isso não tem absolutamente nada a ver com o mutirão que está acontecendo em todos os estados. Inclusive, nós sabemos que o mutirão, Deputado Wasny de Roure, a dra. juíza que compareceu aqui como representante do Conselho Nacional de Justiça disse que é um esforço que eles estão fazendo no Brasil todo. Não é só em Brasília.

No nosso entendimento, independentemente desse projeto – é até melhor para o mutirão –, as pessoas vão chegar lá e fazer o que sempre fizeram, Deputada Liliane Roriz, no Distrito Federal, porque esse não é o primeiro Refis que acontece.

O sujeito sonegador, larápio, que não paga os impostos porque não quer... A própria juíza dizia em outras palavras ainda agora: vão separar sonegador de inadimplente. O inadimplente é qualquer cidadão ou cidadã que passou por uma dificuldade – o filho adoeceu, não deu conta de pagar o imposto ou caiu na dívida ativa –, mas ele está doidinho para pagar esse imposto. Esse é o inadimplente!

O sonegador são os que têm os melhores escritórios de contabilidade do Distrito Federal para lesar o Erário, para lesar o Estado. O que dizia há pouco à juíza – e eu fiquei muito feliz com o entendimento dela, que é o mesmo meu – é que essa gente não paga, declara que não paga, afirma que não paga e espera que se vá para a Justiça! E aí, ele concorre com quem paga.

Digamos que eu tenha lá um comércio. Eu pago todos os meus impostos, mas o outro elemento não paga. O imposto que nós, cidadãos, pagamos vira capital de giro para eles, Deputado Chico Leite. Ele vai concorrer de maneira predatória com os demais, porque não paga imposto. Portanto, é essa gente que não vamos proteger aqui. Não adianta o governo dizer que o projeto é o mesmo, porque não é.

Na legislatura passada – e a bancada que apoiava o governo era, supostamente, de 21 Deputados, em alguns casos –, todas as informações que eram pedidas ao governo antes de votar os projetos, nós imediatamente fornecíamos. Convenciam, ou não, mas as informações eram passadas.

Agora, estamos desde ontem pedindo informações, e eles vêm com uma nota técnica em que reafirmam o que tinham dito anteriormente. Estão pensando o quê? Que nós somos incapazes? Que nós somos bobos? Que não temos quem verifique as coisas? Que não temos assessoria para nos ajudar? Cada situação que esse governo inventa a gente desmonta!

Nós queremos colaborar. Eu dizia há pouco ao Deputado Julio Cesar, que está assumindo a Liderança: é difícil ajudar a quem não quer ser ajudado. Você só ajuda a quem quer ser ajudado. Só ajuda a quem não trata com arrogância. Só ajuda a quem não trata com desprezo. Só ajuda a quem quer fazer as coisas com seriedade.

Portanto, estão lá as nossas propostas. Corrija o projeto, que a gente vota. Hoje não há mais tempo hábil, porque até agora os técnicos do planejamento não chegaram para sentar com a assessoria da Fazenda e com os nossos técnicos para corrigir o projeto. A culpa é do governo, não é da Oposição! A culpa não é desse ou daquele Deputado que não compareceu aqui para votar o projeto!

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa e servidores, eu já tive um posicionamento na Comissão de Constituição e Justiça: meu partido tem uma neutralidade em relação ao governo.

Venho do setor produtivo, então, tenho uma certa proficiência para falar sobre o tema. No que diz respeito ao Refis ou Recupera – ou o nome que o governo que estiver no Distrito Federal denominar, a denominação é o de menos –, o que mais importa é a forma como ele está sendo posto.

Essa questão – que eu não sei ainda se está superada – de igualar inadimplente com sonegador, acho muito temerária, diante de tudo que já vi aqui no Distrito Federal, não só como cidadão, mas também por ter tido a oportunidade de exercer um mandato no Distrito Federal

Sou favorável, sim, a projetos de recuperação de crédito, desde que haja um entendimento. O Deputado Chico Vigilante estava falando sobre as informações. As informações que chegaram primeiro aos Deputados era de que esse projeto daria uma receita de 20 milhões. Para quem está com um rombo de 4 bilhões, 3 bilhões e meio, 3 bilhões, o que quer que seja, isso aí seria algo como uma gota de óleo numa frigideira muito quente.

Eu creio que nós devemos aguardar, esperar as informações. Todos os Parlamentares têm assessoria para analisar questões de orçamento, questões tributárias. Isso é muito importante. Não ficou clara a questão da renúncia fiscal e isso tem que ficar muito claro.

Por fim, uma coisa que me preocupa bastante: e os bons pagadores, que vêm pagando seus impostos em dia? O que eles vão pensar de projetos que antes eram exceção? É muito importante ter esse projeto de recuperação, porque muitos empresários passam por certas dificuldades, até por uma questão de desaceleração da economia. Às vezes não são culpados pelo não pagamento, mas o que eles vão pensar se, de três em três meses, nós tivermos projetos dessa natureza no Distrito Federal?

Em dezembro o governo anterior fez um projeto que incluiu apenas o ICMS e a adesão foi pífia. Eu acho que nós temos que pensar mesmo. O setor produtivo, lógico, é favorável a essa recuperação judicial; mas nós temos que ter critérios não só para corrigir os erros, mas também para evitá-los. Um erro crasso, por exemplo, é igualar o inadimplente com o sonegador. Do sonegador, quem tem que cuidar é a Justiça porque é matéria criminal, matéria penal. Isso é muito preocupante. Eu não vou corroborar com isso. Esta é uma Casa plural, uma Casa democrática. Ninguém está aqui para votar de forma açodada, nem o PMDB na sua neutralidade, nem o PT e nem outros Parlamentares que não estão confortáveis para votar essa matéria, apesar da defesa veemente da Presidente desta Casa. Aliás, a Presidente colocou como irresponsáveis alguns Parlamentares que não estão aqui ou que não vão votar.

Quero dizer que aqui não tem nenhum irresponsável; aqui não tem nenhum bobo. Nós só não vamos votar matéria de maneira açodada. Eu sei que alguns Parlamentares aqui estão com espaço no governo, têm uma forma, uma pressão mais elaborada para se votar algo, às vezes, de uma maneira açodada, mas eu, graças a Deus, tenho a consciência tranquila.

Venho do setor produtivo, que eu tenho que defender como um todo. Mas não é só isso. Eu tenho que defender de uma maneira plural e responsável, sem essa pressão do Poder Executivo no sentido de votar de qualquer jeito, qualquer matéria, sem uma discussão maior com os assessores desta Casa – não só os assessores dos Parlamentares, mas também os das comissões desta Casa. Isso é muito importante. O projeto sequer passou pela Comissão de Constituição e Justiça. Ele não foi incluído em pauta ordinária normal e nem em pauta extraordinária. Eu acho que nós Parlamentares... A não ser que a gente extinga as comissões desta Casa e passe a fazer as coisas só em plenário. É lógico que existem exceções. Há matérias que são urgentes.

Não sou contra o Refis. Quero reforçar isso mais uma vez. No entanto, da maneira como a matéria está sendo tratada, não vou votar. Votar por votar ou com jeitinho também não dá.

Não participei ontem do Plenário porque não queria votar o Refis. A questão do transporte público era importante. Mas o Distrito Federal tinha 121 milhões de reserva de contingência, se nós aprovarmos 120 milhões para passarmos para o transporte público, teríamos que tirar esse nome de reserva de contingência para o ano inteiro ainda por cima. Por que 120 milhões? Então que botassem os 121 milhões. Que fossem 80, 70, 60. Eu acho que a gente tem que discutir muito isso.

Estou muito preocupado com essa legislatura, muito mesmo. Acho que todos nós Parlamentares aqui temos que ter uma conversa maior. Tenho um respeito profundo por todos os Parlamentares, incluindo o ex-Líder do Governo, Deputado Raimundo Ribeiro, que tem uma experiência maior até do que a minha. Estou aprendendo ainda no Legislativo.

Desejo boa sorte ao novo Líder do Governo, Deputado Júlio César, que vai ter uma tarefa muito árdua pela frente nas discussões. Tenho um respeito profundo por S.Exa. desde a época em que S.Exa. era Secretário, o que não é fácil. Creio que falta um pouco mais de paciência ao governo. Ninguém está querendo sabotar trabalho de governo nenhum. Eu encontro aqui Parlamentar independentemente de posição partidária.

Eu estou aqui torcendo para que o governo dê certo de uma maneira moderada. Se vai ter mutirão nesta semana ou na semana que vem, eu acho que não temos que nos pautar por pressões nesse sentido. Na reunião do Colégio de Líderes de hoje, o Líder do nosso bloco não pode estar presente. Eu acho que apenas Parlamentares têm de participar do Colégio de Líderes em certos momentos. Eu acho que está tendo muita pressão externa, o que, às vezes, inibe uma decisão ou uma forma de falar de alguns Parlamentares.

Tenho um profundo respeito também pela Presidente desta Casa, Deputada Celina Leão. Creio que a defesa maior em relação ao projeto não deve ser feita pela Presidente desta Casa, porque S.Exa. preside a instituição, mas sim pelo novo Líder do Governo. S.Exa. tem que conversar, já conversou comigo inclusive, colocou-se à disposição e conheceu os Parlamentares como um todo – vai estar mentindo quem aqui falar que conhece todos os colegas desta Casa, em dois meses.

Independentemente de questão partidária, o momento do Distrito Federal é preocupante, e nós estamos aqui para poder ajudar. Como diz o Deputado Dr. Michel, não podem colocar a Câmara Legislativa como a Geni, nós temos que fazer o nosso papel aqui. A população e a imprensa principalmente têm que respeitar os posicionamentos dos Parlamentares, sejam de oposição, de situação, de neutralidade ou até mesmo do povão, como se intitula o Deputado Dr. Michel, nem situação, nem oposição. O Deputado Dr. Michel é um Parlamentar por quem tenho um respeito muito grande, muita admiração e que faz parte do meu bloco. S.Exa. tem uma responsabilidade muito grande.

Quero me somar a todos os Parlamentares e dizer para vocês: não estou preparado para votar nem vou votar o Refis hoje, sob qualquer tipo de pressão que

seja. Eu acho que temos que ter um entendimento maior. Se tivermos que fazer um mutirão, que façamos uma semana depois. O setor produtivo já está morrendo. Ele não vai morrer como se lhe tirassem o oxigênio por causa desse projeto do Refis. Temos que fazer uma discussão maior e tirar as atrocidades. Que seja colocado, de uma maneira clara, o que está sendo feito de renúncia fiscal. Com todo respeito a quem tem mais experiência aqui na parte orçamentária, que é o Deputado Agaciel Maia, eu não senti segurança com relação aos dados. Não é culpa de S.Exa. Eu acho que precisam chegar informações da Secretaria de Fazenda e da Secretaria de Planejamento para nos ajudarem.

Mais uma vez, estou aqui aberto ao diálogo e pronto para votar esse projeto com as alterações propostas por meio de emendas parlamentares, seja pelo PT ou por qualquer outro partido.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Desculpem-me por qualquer tipo de fala que tenha atingido quem quer que seja.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigado, Deputado Robério Negreiros. Acho importante esclarecer que, antes de ser Presidente desta Casa, eu sou Deputada. Todas as vezes que eu achar que um projeto que pode beneficiar a população está parado aqui na Casa, farei questão, descerei daqui da Presidência e falarei sobre ele.

Eu quero relembrar, Deputado Robério Negreiros, que o projeto do Refis, no ano passado, chegou no dia 11 e foi votado no dia 12 nesta Casa, inclusive com o voto da maioria dos Parlamentares que foram reeleitos. Esta Casa, comigo na Presidência, não vai ser puxadinho de Buriti, ela não vai se rebaixar. Mas é preciso colocar que temos um projeto que é importante para a população, mas não é importante para o governo. Nós estamos falando, Deputado Robério Negreiros, de 350 mil pessoas que ajuizaram ações. Então, não é um projeto do governo, é um projeto da sociedade. Quando eu desço daqui para falar ali, eu não estou falando como Presidente da Câmara, eu estou falando como Deputada. Só para esclarecimento.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu quero agradecer aos feirantes da Ceilândia a faixa com o meu nome. Eu quero combinar com o Deputado Chico Vigilante e com a Deputada Luzia de Paula para irmos à Feira da Ceilândia num dia de sábado e comermos uma buchada, um sarapatel. Eu quero agradecer aos feirantes.

Quero cobrar também, Sra. Presidenta. Nós temos preocupação com o Simples. Está chegando o projeto aí. Nós precisamos votar para não sofrer. Causa

uma grande ansiedade nos feirantes esse Simples. O governo precisa correr com isso, para que votemos sem que haja essa interrupção.

No meu entendimento, Presidenta, nós precisamos coordenar esse grupo de Parlamentares para fazer o confronto dessas informações do governo e outras questões levantadas aqui, de maneira que possamos sair desse impasse. Afinal de contas, o Refis é importante. Eu acho que poderíamos suspender a sessão, fazer uma interrupção e marcar uma sessão, desde que essas questões todas levantadas pelos Deputados da Oposição sejam sanadas.

A experiência já mostrou que a Liderança do PT tem um grupo da área econômica muito preparado, muito competente. Ela poderia colocar isso pessoalmente com o governo e ajustar essas informações, porque eu estou sentindo que há um fosso entre as informações que estão sendo questionadas e as informações do governo.

Os Deputados precisam que os assessores técnicos cheguem a um denominador comum para que possamos votar com segurança. Então, é necessário que haja essa construção, porque, afinal de contas, há uma preocupação. Existe um grande seminário em que já está envolvido o Conselho Nacional de Justiça. Nós tivemos presença de juíza, já envolvemos ministra em todo esse processo. Não vai ser por uma questão de pequenos ajustes que precisam ser feitos no processo que nós vamos retardar isso.

Então, é necessário que a equipe de governo e a equipe de Deputados se sentem juntos nessa sala de reunião aqui do lado e cheguem a um denominador comum. Ele é necessário. Nós precisamos votar. Portanto, eu quero fazer esse apelo para que haja esse entendimento. Deixem um pouquinho as questões de Situação e de Oposição; isso é comum, mas deixem para outros projetos. Esse projeto do Refis é para alguém que deixou de pagar alguma prestação, porque não tinha o dinheiro em dezembro e tem oportunidade de pagar agora. Portanto, eles estão esperando isso. Eu faço esse apelo tanto ao combativo e bem-assessorado líder Deputado Chico Vigilante, como também à equipe do governo. Vamos sentar e vamos resolver isso. Vamos construir. Sem diálogo, com um fazendo discurso e puxando para um lado e outro puxando para o outro, nós não vamos chegar a um denominador comum.

Muito obrigado.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, antes, muito obrigado pela possibilidade de oferecer essa questão.

Estamos em um momento muito importante para o Distrito Federal. Na minha avalição, as bancadas têm convergido para votar um projeto que possibilite aos inadimplentes, com dificuldades, quitar suas dívidas e, ao governo, arrecadar, para cumprir os seus compromissos, excluindo-se disso, os sonegadores.

Nós oferecemos uma emenda que faz essa correção de percurso. Vai na mesma linha do ideário do projeto do Refis, como já se fez outras vezes; reconhece a proposta do governo, mas emenda no ponto em que faz uma pequena restrição, até para cumprir o ideário proposto. Em seguida, observa que aqueles que já se inscreveram em outros, para não virar uma seara de contumazes, não podem se inscrever nessa. A observação é só essa. E é uma emenda, não um substitutivo – é importante que fique claro. Quer dizer, é uma proposição do governo a de que podemos nos unir.

A minha impressão, Sra. Presidente, é a de que o Parlamento é uma Casa coletiva, de união de esforços. No ponto comum, nós não temos dissenso, porque me parece que o governo também não quer dar nenhum tipo de privilégio aos sonegadores. Então, o que me parece é que há boa intenção de todos os lados. Nós precisamos convergir!

É menor a pressa de votar hoje, o que é muito importante para esta Casa. Quantas vezes eu, sendo do PT, contestei o governo dirigido por um companheiro nosso? Quantas vezes tentei buscar consenso, tentei suspender sessões? Acho que esta é uma Casa coletiva, e aprendemos com as diferenças.

Eu queria dar uma sugestão a V.Exa. Que nos comprometêssemos a votar amanhã – pode ser hoje, não há problema –, com essa correção. Estou vendo que, da parte do governo, não há problemas em fazer essa correção. Parece que há, digamos assim, um mal entendido. Quer dizer, o governo tem a mesma opinião que nós, e o que está faltando é que possamos ceder na forma. Aqui não há vitorioso. Vitoriosa é a população.

Então, sugiro a V.Exa. que os técnicos cheguem a uma conclusão hoje. Estamos todos aqui, à disposição deles. Todos sabemos o que queremos. Concluiríamos e marcaríamos o horário. Poderíamos votar amanhã, antes da sessão, se for o caso. O importante é votar para se chegar ao objetivo.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Chico Leite.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, pedi minha questão de ordem para antes da fala do Deputado Chico Leite, porque falar depois de S.Exa.... Ele falou tudo o que a gente ia falar aqui; mas, como já pedi a palavra, vou não posso deixar de falar. Tenho que falar alguma coisa.

Eu pediria a V.Exa. que, neste momento, suspendesse a sessão, fôssemos à salinha ao lado e, quando saísse a fumaça branca, voltaríamos aqui e votaríamos esse projeto. Até porque uma das coisas que vi – vou plagiar o Deputado Chico Leite aqui – é que todos estão a favor do Refis. Isso é ponto pacífico.

Se falta um ajuste, vamos fazê-lo ali dentro! Amanhã teremos uma audiência que está sendo muito cobiçada por todos. V.Exa. vem conduzindo esta Casa com muita maestria e conduzirá esta audiência também.

A sugestão que eu dou aqui, então, é a de irmos até a salinha do Papa, ali. Quando sair a fumacinha branca, voltamos aqui e votamos. Se votarmos agora, teremos essa coisa de vencedor e perdedor, e acho que, no Refis, ninguém pode sair nem vencedor nem vencido, porque quem tem a ganhar com essa história é a comunidade.

São 18h, mas nós não temos hora para trabalhar mesmo. É até bom que a imprensa registre que nós trabalhamos aqui até fora do horário, o horário que for necessário. Eu pediria a V.Exa., que é Presidente desta Casa, que nós nos reuníssemos e mostrássemos para as bancadas, para aqueles que não estão entendendo e para aqueles que têm as suas emendas o que o governo aceita e como aceita. Chegaríamos a um denominador comum, voltaríamos aqui e votaríamos.

Ouvi aqui a fala do nobre Deputado Chico Vigilante e sei que S.Exa. é a favor. O Deputado Chico Leite é a favor. O Deputado Wasny de Roure é a favor. Eu sou a favor. O Deputado Robério Negreiros é a favor e o Deputado Bispo Renato Andrade, que quase não fala – nem sei por que S.Exa. não está falando muito –, também é a favor. O que peço à senhora é que a gente vá lá, discuta, volte aqui e vote. A população não pode perder.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Dr. Michel.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, primeiramente, eu queria pedir escusas a V.Exa., porque eu estava no gabinete e não sabia que V.Exa. estava falando na tribuna. V.Exa., além de Presidente, é Deputada e tem, como os outros 23 Parlamentares, a prerrogativa da fala.

Só por amor ao debate, eu gostaria que, se insistirem na questão de igualar o inadimplente com o sonegador, fossem solicitadas ao Judiciário os nomes das empresas e pessoas físicas que estão respondendo pela questão.

Por mais que se fale: "Ah, vai votar, mas não vai alcançar..." Mas, já que vai estar na lei, que se colocassem as empresas, as pessoas físicas e os sócios dessas empresas que estão respondendo por isso para os 24 Parlamentares, antes da aprovação ou não desse quesito. É uma sugestão minha, como Parlamentar, por uma questão de transparência.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Robério Negreiros, V.Exa. não estava na reunião com a juíza. Ela disse que temos cem mil pessoas hoje na condição de sonegadores. É humanamente impossível termos acesso a essa lista, para a votação. Há cem mil pessoas jurídicas nessa situação – a sonegação é de pessoa jurídica.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Aí é outra questão, Deputado.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, desde ontem temos nos esforçado bastante para encontrar uma solução, e a verdade é que ninguém logrou êxito até agora. Há um fórum adequado aqui – quando se está em um impasse desses, tem-se que se encontrar a saída: a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças desta Casa.

Quero sugerir ao Deputado Agaciel Maia, como Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, se todos estivermos de acordo... Agora há uma reunião sendo feita com os técnicos dos Deputados não só da bancada do PT, do PMDB, outros Deputados e o pessoal da Fazenda e do Planejamento. Então, que se chegue a um entendimento – a nossa posição está explícita. Vamos fazer do mesmo jeito, mas, mais uma vez, excetuar a questão do sonegador. Amanhã votamos o projeto, na hora em que a senhora convocar a sessão. Pode ser às 15h, na abertura – depois se transforma a sessão em comissão geral –, desde que se chegue ao entendimento.

Há pouco dizia aqui o Líder do Governo, Deputado Julio Cesar: "Não. Nós vamos votar". Eu falei: "Deputado, estou querendo preservar vocês. Não há número para aprovar, mas, se o senhor quer votar, vote! Eu não acho prudente."

Estamos, portanto, oferecendo uma sugestão para solucionar essa questão.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, temos a informação de que neste momento transcorre uma reunião de assessorias. Acho que isso já é um bom sinal. Creio que essa questão entre as duas Secretarias é algo que às vezes se utiliza e tenho certeza de que vai se encontrar um solução, até porque as duas Secretarias têm um comando geral – não tenho dúvidas disso. Claro que o comando geral não vai desrespeitar a metodologia convencional no cálculo dos números, do ponto de vista de renúncia fiscal, de arrecadação etc. Isso é uma matéria conceitual já disciplinada na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Agora, se V.Exa. a entender, a opinião do Líder da nossa bancada é absolutamente correta. Por quê? No transcorrer do dia de ontem, não só vários Deputados já haviam se manifestado, mas a informação que nós tínhamos, por parte dos representantes do governo, era a concordância, Deputada Celina Leão. Era a concordância, porque, na Mesa que V.Exa. dirigiu ontem no Colégio de Líderes, foi dito, com relação ao projeto anterior – votado de maneira célere, mas discutido amplamente –, que era exatamente para captar os recursos que a Petrobras deve aos cofres públicos do Distrito Federal.

Então, nós avançamos na posição, no sentido de nivelar esse segmento que está nessa característica da legislação do ponto de vista de sonegador. Não é qualquer um. São aqueles que apresentam determinadas características, e não quero entrar aqui nesse tema porque é apenas uma questão de encaminhamento. Então isso foi sugerido, e se V.Exa. entender por bem, nós não sairemos daqui até o encerramento da sessão. Mas se, para o bom andamento das coisas, V.Exa. achar prudente, podemos votar amanhã a matéria, antes de iniciar a comissão geral.

Nós somos quatro Deputados, e a matéria vai precisar de 16 Parlamentares. Naturalmente o Líder do Governo tem um papel importante, assim como a assessoria do governo.

Então nós temos toda a disposição, Deputada Celina Leão. E eu faço aqui um apelo para o bom andamento das coisas para que nós todos acertemos. A Casa ganha e, sobretudo, como V.Exa. disse há pouco, a nossa cidade e a nossa população ganham.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu gostaria de agradecer as palavras dos Deputados Wasny de Roure, Dr. Michel, Agaciel Maia e Chico Leite e dizer que o governo está realmente disposto a votar o Refis na data de hoje. Estamos sensíveis à questão de fazer qualquer tipo de emenda. Não há nenhuma obstrução por parte do governo a qualquer tipo de emenda. Acabei de receber a informação – e quero consultar o Líder do PT – de que as assessorias chegaram a uma conclusão. Se pudéssemos votar hoje... E eu, neste caso, aceitaria a proposta do Deputado Dr. Michel de ir à sala conversar, dialogar e sair daqui hoje com essa votação, porque amanhã será realmente complicado. Concordo com o que o Deputado Dr. Michel falou: amanhã há uma discussão muito importante, que é a questão da extinção das RAs – Regiões Administrativas. Acho que é um tema que será muito debatido e precisamos sair daqui com uma resposta definitiva.

Eu proponho a suspensão da sessão para que nós, os Deputados, possamos, ali na salinha, chegar a um acordo e sair daqui hoje com essa decisão e votar o Refis, porque acho que a sociedade precisa, e isso trará um fôlego para o caixa do nosso governo.

Então, faço o apelo para que a sessão seja suspensa e possamos equacionar todas as questões. De antemão, já digo que não temos nenhum problema em acatar qualquer tipo de emenda.

Era isso, Sra. Presidente.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Sem revisão do orador.) – Eu acho que tudo já foi dito e já está ficando até redundante e cansativo. Se a senhora pudesse nos dizer qual é o prazo que demora para fazer esses ajustes que são necessários, seria até bom para que pudéssemos nos orientar aqui, porque a situação é a seguinte: todos estão de acordo em votar. Então eu não estou entendendo por que se está se apegando à determinada situação de as pessoas não quererem esse ajuste.

Então vamos para a sala ajustar isso aí e votar logo.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Esta Presidência irá suspender a sessão.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, só por uma questão de esclarecimento, o Congresso Nacional, em 2011, aprovou a Lei Federal nº 12.382, que altera a Lei nº 9.430, de 1996, no seu art. 83, §4º, que diz que a extinção da punibilidade do sonegador só se dá após o pagamento integral da sua dívida. Então, a própria Lei Federal já resguarda, na realidade, qualquer ação do Estado que venha beneficiar o sonegador. Para que ele possa ter a sua ação extinta, a sua punibilidade extinta, tem que fazer o pagamento integral da sua dívida.

O que a juíza que esteve aqui presente, a Dra. Soníria Campos d'Assunção, juíza auxiliar da Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, disse foi que um processo de negociação de dívida coloca os processos que estão em tramitação na Justiça em sobrestamento. A partir do momento em que aquele que está respondendo a processo judicial por sonegação fiscal faz uma renegociação e cumpre todos os requisitos estabelecidos da renegociação, aí sim a pena imposta pelo ato de que ele foi acusado pode ser extinta. Caso ele não cumpra algum dos requisitos – e um deles é o pagamento integral da dívida –, o processo retoma a sua tramitação normal.

Então, só por uma questão de esclarecimento, aqueles que estão respondendo processo judicial por sonegação, se não cumprirem os requisitos estabelecidos na lei, tanto na lei federal, quanto na lei distrital, por meio de

negociação – colocar ali um pagamento em dia –, o processo deles não vai levar, obviamente, a ter sua pena extinta, Deputada Presidente.

Portanto, o que quero deixar claro aqui é que aqueles que têm processos já ajuizados só terão as suas penas extintas, ou seja, os seus processos arquivados se cumprirem integralmente aquilo que está estabelecido na legislação. Só para esclarecer.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, gostaria de fazer um apelo para que votemos ainda hoje o Refis, mesmo porque as equipes técnicas estão chegando a um consenso, e acredito que em poucos minutos poderemos ter uma resposta consensual. Quero lembrar também, queridos, que isso envolve mais de 350 mil pessoas. O Refis é importante para este momento, é uma oportunidade, é mais uma ferramenta que o governo está dando às empresas, às instituições, a outras pessoas, para que fiquem adimplentes.

Quanto a essa questão de ser ou não sonegador, não dá para dizermos que estamos apenas beneficiando sonegadores, mesmo porque não se tem o número exato de quantos são, mas a oportunidade tem que ser dada, mesmo porque, quando se trata de empresas, elas têm que continuar funcionando para geração de emprego, para arrecadação de impostos. Então, esse projeto é benéfico, e precisamos votá-lo o quanto antes. Sou muito favorável a essa votação.

Queria aproveitar este momento para falar de outro tema bastante importante, que é a doutrinação ideológica dentro das escolas. O futuro do nosso País está sob ameaça. Não estou falando apenas, Deputado Chico Leite, da crise financeira e econômica, da corrupção que estamos vivendo, estou falando de algo muito mais triste. Trata-se da deturpação de valores sagrados que estão tentando implantar no seio das famílias do Distrito Federal.

Eu gostaria de muita atenção dos Deputados agora porque vamos tratar do assunto das crianças. O pior é utilizar a inocência das crianças e dos adolescentes, Deputada Luzia de Paula, quase como em uma lavagem cerebral. Hoje recebi um *e-mail* da Fundação CitizenGo com um alerta sobre a Resolução nº 1, de 2012, do Conselho de Educação do Distrito Federal, que incluiu como matéria obrigatória – gostaria de frisar: matéria obrigatória – no ensino público e particular do Distrito Federal o seguinte tema: "Direitos da Mulher e outros assuntos com recorte de gêneros nos currículos dos ensinos fundamental e médio".

Até aí, tudo bem, sem problemas. Mas o que nos preocupou muito foi outra informação repassada pela fundação. Segundo eles, o presidente do Conselho de Educação do Distrito Federal repassou a seguinte orientação: "Para adequada compreensão do referido inciso VI do art. 19 da Resolução nº 1, de 2012, é válido recorrer ao conceito de gênero, criado para distinguir a dimensão biológica do sexo

feminino e masculino da sua dimensão social, baseando-se no raciocínio de que há machos e fêmeas na espécie humana, no entanto a maneira de ser homem e de ser mulher é realizada pela cultura". Eu quero frisar esta parte aqui: a maneira de ser homem e de ser mulher é realizada pela cultura. Ou seja, nós vamos ensinar dentro da sala de aula que a condição de ser homem ou mulher não é uma condição da espécie humana, mas, sim, uma simples escolha.

Não posso concordar com isso. Impor o ensino de ideologia de gêneros nas escolas do DF afronta a liberdade de consciência e crença dos professores e dos estudantes, ofende a educação religiosa e moral das famílias, usurpa o direito dos pais de que seus filhos recebam educação religiosa e moral de acordo com suas convicções, sem contar que estamos falando de algo que atingirá milhares de crianças e adolescentes que estão em formação de caráter psicológico e físico.

Por isso, nós Parlamentares – eu gostaria de fazer um apelo aqui nesta tarde – temos o dever de garantir que nossos estudantes sejam livres de qualquer tipo de doutrinação. Nas escolas, temos de ensinar – e não doutrinar – quanto às concepções ideológicas e morais de um segmento social. Por isso, dias atrás, apresentei um projeto chamado Escola sem Partido. Eu já acionei o Secretário de Educação para esclarecer o fato e também vou, nos próximos dias, oficiar o Conselho de Educação do Distrito Federal quanto a isso.

Era o que eu tinha a dizer nesta tarde.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputada Sandra Faraj.

Eu queria fazer um encaminhamento. Tive a informação de que ainda estamos fazendo alguns ajustes técnicos no projeto. Eu consulto os Líderes se, antes da comissão geral que faremos amanhã – amanhã teremos uma comissão geral para discutir a extinção das administrações –, podemos, todos os Deputados, abrir mão das falas e votar o projeto do Refis, juntamente com o do Simples Candango, protocolado hoje. De hoje para amanhã é o tempo de que necessitamos para sanar qualquer tipo de dúvida, conforme os pedidos dos colegas.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, todos nós fizemos essa sugestão a V.Exa. Acatamos a sugestão, inclusive eu, que sou quem mais fala aqui – falo duas vezes por dia. Temos o compromisso de que ninguém faça falação. Nós votamos em primeiro e segundo turno e, em seguida, abrimos a comissão para que possamos discutir o tema.

O Deputado Rodrigo Delmasso também já se comprometeu a não falar amanhã, para que possamos votar.

A verdade é que o pessoal chegou ao que tem que refazer, e amanhã estará tudo pronto para votarmos.

Os nossos quatro Deputados do PT estarão aqui às 15h.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Eu só gostaria de fazer uma observação: que todos nós chegássemos aqui no horário, pois vamos ter a presença da população. Então, peço a todos que cheguem às 15h.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Pela Liderança do Bloco Força do Trabalho, composto por mim, Deputado Raimundo Ribeiro, Deputada Telma Rufino, Deputado Juarezão e Deputada Liliane Roriz, nós estamos assumindo o compromisso de votar amanhã o Refis, a LDO – a alteração, que é complementar e é exigência para que haja a aprovação do Refis – e o Simples Candango, que é uma preocupação principalmente dos feirantes, dos donos de quiosques, viu, Deputada Liliane Roriz?

Portanto, estamos de acordo em votar esses três projetos amanhã.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, quero utilizar a palavra para dizer que também corroboro com V.Exa. e com a proposta da Presidência desta Casa, com um pouco de tristeza, pois amanhã não vou poder falar. Mas na comissão geral vamos poder falar, com certeza.

Falo aqui pelo Bloco Amor por Brasília, composto por mim, pelo Deputado Julio Cesar, pelo Deputado Bispo Renato Andrade, pelo Deputado Lira e pela Deputada Luzia de Paula, que também temos esse acordo de não falar durante a votação.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, é com muita tristeza que eu vejo que vamos ter que votar amanhã. É uma pena, porque eu não estarei aqui para votar, mas fazer o quê? A democracia é isso, a maioria sempre ganha. Acho que, se existe essa urgência, se há essa necessidade, e se os técnicos já fizeram o que tinham para fazer... Deixar para amanhã o que se pode fazer hoje? Então eu vou dizer que esse é o maior absurdo que pode haver nesta Casa. Eu acredito que hoje seria o dia de votar. Se todos estão a favor, se todos querem, a população precisa, a população quer, nós não damos uma resposta porque são 18h26min? É brincadeira!

Então, Sra. Presidente, é com muita tristeza, e não é nem porque não vou falar amanhã. É porque o que se pode fazer hoje não se pode deixar para fazer amanhã. É por isso que esta Casa é achincalhada, é por isso que esta Casa é chamada de Geni. Porque, na hora que temos que votar, que temos que mostrar para o povo que estamos aqui do seu lado, não votamos. São 100 mil pessoas que ficam em situação irregular, porque esta Casa não votou hoje. Aí, vota-se amanhã, vem sexta, segunda. Lá para terça-feira eles vão ter a solução do problema deles.

Estão brincando com o povo, e 2018 está bem ali na curva. E olhem que eu não sou nem Situação nem Oposição: eu sou povão.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Dr. Michel.

Eu gostaria muito que tivéssemos a condição de votar hoje, mas, infelizmente, não tivemos acordo das Lideranças para isso, Deputado Dr. Michel.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, eu, na condição de Vice-Líder, representando o Bloco Sustentabilidade, Trabalhismo e Solidariedade, visto que o Líder, Deputado Prof. Israel, não está presente no momento, informo que fazemos um acordo de votar amanhã a partir das 15h, reduzindo as falas para irmos direto à votação e aprovarmos o mais rapidamente o Refis, pois há muitas pessoas esperando a aprovação desse projeto.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputada Sandra Faraj.

Não havendo mais nenhuma inscrição e nenhum comunicado a ser feito, e nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h27min.)